



Dos escândalos da CIA ao National Endowment for Democracy: promoção e desestabilização da democracia¹

From CIA Scandals to the National Endowment for Democracy: Democracy Promotion and Destabilization

De los escándalos de la CIA al National Endowment for Democracy: promoción y desestabilización de la democracia

DOI: 10.21530/ci.v20n2.2025.1560

Natália Nóbrega de Mello²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

Este artigo analisa a história da criação do National Endowment for Democracy (NED), subagência do Departamento do Estado estabelecida em 1983 com o objetivo de promover a democracia ao redor do mundo. A partir de pesquisa documental, investigamos a reformulação dos instrumentos de operação política entre 1967 e 1983, interpretando a formação do NED como uma reação a escândalos sobre o financiamento secreto da Central Intelligence Agency (CIA) a grupos estrangeiros durante a Guerra Fria que culminou no modelo público-privado dessa agência. Argumenta-se que a nova organização buscou preservar alguma articulação com o governo dos Estados Unidos, eximindo-o, todavia, de qualquer

1 Este artigo recebeu auxílio à pesquisa por meio do Edital PIPEq nº 11918/2022 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

2 Doutora em Ciência Política pela USP. Professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil. Editora-chefe da Lua Nova: revista de cultura e política. (nmello@pucsp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4220-8729>.

Artigo submetido em 29/01/2025 e aprovado em 11/11/2025.





responsabilidade pelas atividades. O estudo contribui para a literatura, destacando como a autonomia percebida do NED favoreceu o exercício tanto de atividades de estabilização de aliados quanto de desestabilização de adversários.

Palavras-chave: Promoção da democracia, National Endowment for Democracy, CIA, Guerra Fria, Política externa dos Estados Unidos.

Abstract

This article analyzes the foundation of the National Endowment for Democracy (NED), a sub-agency of the U.S. Department of State established in 1983 with the goal of promoting democracy around the world. Based on archive research, it investigates the reformulation of political operation instruments between 1963 and 1987, interpreting the formation of the NED as a reaction to scandals involving the CIA's secret funding of foreign groups during the Cold War, which ultimately led to the agency's public-private model. It argues that the organization sought to maintain some level of articulation with the U.S. government while absolving it of any responsibility. The study contributes to the literature by highlighting how the perceived autonomy of the NED favored both the stabilization of allies and the destabilization of adversary governments.

Keywords: Promotion of democracy, National Endowment for Democracy, CIA, Cold War, U.S. Foreign policy.

Resumen

Este artículo analiza la historia de la creación del *National Endowment for Democracy* (NED), una subagencia del Departamento de Estado establecida en 1983 con el objetivo de promover la democracia en todo el mundo. A partir de una investigación documental, examinamos la reformulación de los instrumentos de operación política entre 1967 y 1983, interpretando la formación del NED como una reacción a los escándalos sobre el financiamiento secreto de la CIA a grupos extranjeros durante la Guerra Fría, que culminó en el modelo público-privado de dicha agencia. Se sostiene que la nueva organización buscó preservar cierta articulación con el gobierno de los Estados Unidos, eximiéndolo, sin embargo, de cualquier responsabilidad por las actividades realizadas. El estudio contribuye a la literatura al destacar cómo la autonomía percibida del NED favoreció el ejercicio tanto de actividades de estabilización de aliados como de desestabilización de adversarios.

Palabras clave: Promoción de la democracia, National Endowment for Democracy, CIA, Guerra Fría, Política exterior de los Estados Unidos.





Introdução

Pesquisas recentes têm aprofundado a compreensão sobre a atuação do National Endowment for Democracy (NED) na desestabilização de governos progressistas na América Latina no século XXI, adensando o conhecimento até então existente sobre o uso de agências semiestatais e de grupos da sociedade civil estadunidense para perseguir interesses da potência hegemônica (Barbosa 2019 ; Burron 2012, Gill 2018; Vidal, Brum e Lopez 2021). Criado em 1983, o NED é uma agência “semiestatal” dos Estados Unidos dedicada a financiar grupos civis estrangeiros com a finalidade de promover a democracia. Fundado pelo Congresso e sustentado por verbas federais (sendo, inclusive, descrito pela USAID³ como subagência do Departamento do Estado), é oficialmente descrito, contudo, como um organismo independente.

Não é novidade nas relações internacionais o estudo das operações políticas de organizações estadunidenses como o NED em sociedades civis estrangeiras. Em 1996, William Robinson propôs uma inflexão na literatura sobre as transições democráticas, deslocando o enfoque restrito nos processos endógenos de cada país para abranger também novos métodos de operação política empregados pelos Estados Unidos, por meio dos quais eles passaram a se entranhar e exercer influência em atividades de sindicatos, grupos civis e partidários de diferentes países em processo de (re)democratização (Robinson 1996). Tais programas objetivavam, segundo Robinson (1996), promover “poliarquias”, também descritas como “democracias de baixa intensidade”, que desestimulavam mudanças mais substanciais na economia e sociedade, apesar de adotarem mecanismos formais de eleição e divisão de poderes.

Estudos recentes demonstram que o NED tem participado não apenas da formação de regimes democráticos alinhados ao modelo norte-americano, mas também na desestabilização de governos adversários. Dois casos despontam. No Equador, houve um aumento considerável do financiamento do NED a grupos que impulsionaram pautas oposicionistas após a eleição de Rafael Correa (2006 a 2016). Com a vitória de um candidato com uma plataforma eleitoral de implementação de um “socialismo do século XXI”, defesa da soberania nacional, controle sobre recursos estratégicos e oposição a privatizações, as verbas do NED escalaram

3 A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (em inglês: United States Agency for International Development, USAID) foi criada em 1961, por John F. Kennedy, e dissolvida em 2025, por Donald J. Trump. Sua missão era coordenar a assistência externa dos Estados Unidos a outros países.





imediatamente de um volume de meio milhão de dólares para dois milhões e meio por ano (Barbosa 2019). As organizações equatorianas da sociedade civil que receberam financiamento do NED, ao longo daquela década, destacaram-se entre os movimentos de resistência a Correa, mobilizando-se em torno de pautas críticas ao governo, como transparência, desenvolvimento local, relações comunitárias, liberdade de expressão e participação cidadã (Barbosa 2019).

Na Bolívia, a USAID e o NED também patrocinaram forças hostis ao *Movimiento al Socialismo* de Evo Morales após sua vitória em 2005. Burron (2012) examina a reorientação de táticas de estabilização do regime democrático e fortalecimento do mercado livre para o enfrentamento e desestabilização de Morales. De modo semelhante, departamentos, organizações não governamentais (ONGs) e grupos da sociedade civil de orientação oposicionista ao governo federal e do espectro da direita receberam recursos, assistência técnica administrativa, suporte para fortalecimento de programas partidários, incentivando de diversas formas a mobilização e insurreição contra a administração federal e a assembleia constituinte convocada por Morales (Burron 2012).

Apesar dos avanços desses estudos, pouco se aprofundou sobre os processos históricos que levaram à criação do NED, seus idealizadores, as iniciativas legislativas que o precederam e os desafios políticos e institucionais que se buscava equacionar por meio dessa nova organização. *The Democracy Makers*, de Nicolas Guilhot (2005), contribuiu de forma decisiva para o debate ao analisar a transição de paradigma entre os governos Carter (1977-1981) e Reagan (1981-1989) – este último, responsável pela criação do NED –, destacando a passagem de uma concepção de promoção dos direitos humanos ancorada nas definições estabelecidas em normas e convenções internacionais, enquanto o governo republicano priorizou o entendimento de que tais direitos estavam enraizados no Estado democrático. Nesse sentido, trouxe uma inflexão na agenda política, incentivando a promoção da democracia. Guilhot (2005) não examina, todavia, as propostas de criação de mecanismos públicos-privados que antecederam à legislação de criação do NED. Pee (2018), por sua vez, contribuiu para reduzir essa lacuna, porém investigou as iniciativas que partiram da sociedade civil desde os anos 1970, sem examinar o papel de atores estatais.

Cerca de duas décadas antes da criação do NED, escândalos expuseram o envolvimento de agências de inteligência na manipulação da opinião política e do ativismo de sociedades civis estrangeiras. Um caso notório foi a revelação, em 1966-1967, de que a Central Intelligence Agency (CIA) custeava o “Congresso





pela Liberdade da Cultura” e seus trabalhos artísticos e intelectuais em “defesa da liberdade” (Cancelli 2012; Saunders 2008). Para contornar esses dilemas, primeiramente em 1967 e novamente no final dos anos 1970, foram esboçadas propostas para um novo modelo de condução das “batalhas ideológicas”, culminando na criação do NED, em 1983.

Com base em pesquisa documental, realizada em arquivos virtuais e físicos, este artigo almeja reconstruir o processo de desenvolvimento de um novo aparato de financiamento da sociedade civil estrangeira, concebido para manter distanciamento formal do governo dos Estados Unidos, a fim de evitar novos escândalos, ao mesmo tempo que buscava meios seguros de articulá-lo aos interesses estatais. Essa nova estrutura deveria mobilizar redes civis estrangeiras em um formato menos vulnerável a críticas. Para rastrear os esboços das propostas de um novo mecanismo público-privado elaboradas entre os anos 1960 e 1980, esta pesquisa consultou acervos virtuais da imprensa (onde o escândalo começou); artigos pertinentes em periódicos que haviam recebido o financiamento da CIA; o acervo documental de Irving Kristol⁴, ex-editor de uma das mais importantes revistas do “Congresso pela Liberdade da Cultura” – a *Encounter*, e, por fim, documentos do Congresso e da diplomacia dos Estados Unidos (especialmente os “Congressional Hearings” e a série “Foreign Relations of the United States”).

A interpretação desses documentos foi embasada nos estudos gramscianos sobre hegemonia. Dois elementos centrais em Gramsci balizam essa perspectiva. Em primeiro lugar, é fundamental ter em vista o interesse primordial de Gramsci pelos dilemas nacionais da Itália que, sem ter vivenciado uma revolução do tipo jacobina, era moldada pela inserção de correntes estrangeiras na estrutura da sociedade e do Estado italianos, influentes nas forças e ideias locais e indutoras de transformações atinadas ao conjunto do sistema europeu. Em segundo lugar, vale lembrar o destaque dado ao estudo do americanismo e fordismo, o que Gramsci chegou a apresentar como um entre os três assuntos prioritários da obra (Portantiero 1981). A hegemonia nascente nos Estados Unidos, ou o “americanismo”, eram interpretados como uma estrutura marcada, “no sentido mais fundamental”, pela “livre iniciativa e o individualismo econômico que colabora com meios próprios, como sociedade civil” (Gramsci 2011, 56) para moldar uma nova forma de sociedade e de trabalhador. Os altos salários e as conquistas de

4 Os *Irving Kristol Papers*, localizados na Wisconsin Historical Society, foi o único acervo em que fiz pesquisa presencial.





um melhor nível de vida custariam menos que o recurso ao aparato coercitivo, o que demonstrava o quanto a coerção “deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso” (Gramsci 2011, 75).

Estudiosos contemporâneos fornecem mais elementos para análise. Mesmo autores de outras perspectivas teóricas já observaram que a expansão e manutenção da hegemonia internacional dos Estados Unidos não são caracterizadas pelo domínio territorial, mas, sim, pelo poder de penetração em sociedades civis estrangeiras, disseminando ideias condizentes com seus interesses (Huntington 1973). Pesquisadores gramscianos adensaram empiricamente esse conhecimento, demonstrando que o poder hegemônico se apoia na mobilização de instituições privadas, como fundações filantrópicas, *think tanks* e outras associações, que se entranham em outros setores da sociedade civil doméstica e estrangeira e constroem redes de compartilhamento de ideias, socialização de pessoas e distribuição de recursos materiais e financeiros. Tais redes canalizam e promovem certas ideias e modelos compatíveis com os interesses norte-americanos (Apeldoorn e Graaf 2016; Parmar 2012).

Partindo desse ponto de vista, este artigo busca reconstruir os momentos-chave da crise e reformulação dos instrumentos de operação política entre os anos 1960 e 1980. Além da introdução e das considerações finais, o texto se divide em duas grandes seções. A primeira examina a crise instaurada a partir das primeiras revelações sobre as operações clandestinas da CIA. A segunda analisa o processo de reformulação dos instrumentos de operação política: desde os debates iniciais, passando pelos incipientes projetos de reestruturação da arquitetura institucional nos anos 1960 e 1970 e, por fim, a etapa final do desenho do NED instituído durante o governo Reagan. As referências documentais analisadas sugerem um planejamento consciente de uma nova arquitetura institucional que isentasse formalmente o governo dos Estados Unidos de qualquer operação polêmica no exterior, ao mesmo tempo que se almejava preservar a influência política sobre os projetos implementados.

A Crise

Diversas crises assolavam os Estados Unidos nos anos 1960 e 1970, uma das principais era a Guerra do Vietnã. A intervenção resultou na morte e no ferimento de milhares de soldados e foi econômica e politicamente custosa. Além





do revés simbólico, a escalada na guerra não foi consensual e os membros da diplomacia, do governo e do Congresso avessos à intervenção tornaram-se cada vez mais críticos da política externa como um todo (Logevall 1999; Mello 2017).

O Vietnã fazia parte de uma crise maior. Em 1964, propagandas disseminadas pela agência estadunidense de propaganda e inteligência, United States Information Agency (USIA), foram objeto de reportagens que as recriminavam como formas imorais de influenciar a opinião pública e conduzir “lavagens cerebrais secretas” (Oliveira 2015). No ano seguinte, um sociólogo chileno denunciou que as forças armadas dos Estados Unidos estavam financiando cientistas sociais para prever possíveis insurreições na América Latina (Horowitz 1969). Entre 1966-1967, reportagens revelaram que o Congresso pela Liberdade da Cultura, que patrocinava trabalhos artísticos e intelectuais em defesa da liberdade, estava sendo custeado pela CIA (Saunders 2008).

Nos anos 1970, novos escândalos eclodiram. Os Documentos do Pentágono foram expostos nos jornais *New York Times* e *Washington Post* por Daniel Ellsberg, um ex-analista militar que participou de um estudo do Departamento de Defesa que havia elaborado um relatório para circulação interna no governo. Três anos depois, em 1971, indignado com a continuidade da guerra, Ellsberg vazou o relatório à imprensa. Pouco depois, o desenrolar de uma investigação policial sobre a invasão do Comitê Nacional Democrata ocorrida durante o processo eleitoral de 1972 deflagrou o Escândalo de Watergate, que conectou a espionagem a importantes autoridades na Casa Branca e provocou a renúncia do diretor do Federal Bureau of Intelligence (FBI), a abertura de um Comitê de Investigação no Senado e a instauração de um processo de impeachment, aprofundando ainda mais o nível de desconfiança política que marcava a era do Vietnã.

O problema não era meramente governamental. Intelectuais, artistas e comunicadores foram implicados nessas denúncias. O ex-subsecretário de Estado para Assuntos do Extremo Oriente (1964-1969) e um dos mais importantes arquitetos da Guerra do Vietnã, William Bundy, enfrentou uma campanha contrária à sua nomeação como novo editor-chefe da influente revista *Foreign Affairs*⁵ após os *Pentagon Papers* revelarem seu papel proeminente na escalada da guerra (Mello 2017). De modo similar, o coeditor da *Encounter*, do Congresso pela Liberdade da Cultura, Stephen Spender, teve o prestígio “elevado e então

5 A *Foreign Affairs*, fundada em 1922, pela notória organização Council on Foreign Relations, é um dos mais importantes periódicos do establishment da diplomacia norte-americana.





quase destruído” após as reportagens sobre os recursos da CIA (Harding 2017).

O livro *Quem pagou a conta?*, de Frances Saunders (2008, original publicado em 1999), resgatou esses eventos, expondo como a CIA financiou e influenciou as atividades do Congresso pela Liberdade da Cultura. O Congresso foi fundado em 1950 em Berlim, com recursos da CIA, com a missão de defender a liberdade e difundir valores anticomunistas a intelectuais, artistas e a população em geral. Seu manifesto de lançamento proclamava que a “liberdade intelectual era um dos direitos inalienáveis do ser humano” e denunciava que os regimes totalitários ameaçavam o pensamento autônomo e a paz, uma vez que o governo almejava ter controle total sob a sociedade (Congress for Cultural Freedom 1950). Ante a esse risco, “a defesa da liberdade intelectual hoje impõe uma obrigação positiva: oferecer novas e construtivas respostas para os problemas do nosso tempo” (Congress for Cultural Freedom 1950).⁶

Entre os projetos financiados pelo Congresso pela Liberdade da Cultura, estavam exposições artísticas e culturais, apresentações musicais e uma rede influente de periódicos, como o *Encounter* (anglo-americano), *Der Monat* (alemão) e os *Cuadernos* (sediado em Paris, mas direcionado aos latino-americanos). De acordo com Saunders (2008) e Harding (2017), o diretor-executivo do Congresso e oficial da CIA, Michael Josselson, enxergava a *Encounter* como o “maior trunfo” da rede, dada sua influência na esquerda britânica e centralidade nas operações. Em um memorando, o diretor-executivo Josselson destacou que a “*Encounter* que dá o tom para o resto das nossas publicações, grandes ou pequenas” (Apud Scott-Smith e Lerg 2017, 9).

Fundada em 1953 e coeditada por Irving Kristol e Stephen Spender, a *Encounter* tinha entre os autores e leitores a esquerda antiestalinista e publicava artigos de diferentes âmbitos do espectro político, mas principalmente os alinhados à política externa norte-americana. Kristol era diretor-executivo do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural e ex-editor-executivo da *Commentary*; Spender era poeta. Ambos haviam tido alguma proximidade com círculos intelectuais de esquerda (especialmente Kristol) e já atuavam na defesa das ideias liberais.

Seu editorial inaugural enfatizava a ideia de pluralidade e de um encontro plural motivado pela defesa da liberdade. Os editores afirmavam que a *Encounter* representava um projeto editorial internacional: reunia um editor americano

⁶ Esta e as demais citações originalmente em inglês foram traduzidas pela autora.





(Kristol), outro britânico (Spender) e autores de diferentes países. Mais que isso, o periódico

não busca promover nenhuma ‘linha específica’, embora seus editores tenham opiniões que não hesitarão em expressar. O *Congresso pela Liberdade da Cultura*, que patrocina esta revista, é composto por indivíduos das mais diversas opiniões, como se pode perceber simplesmente pela lista dos presidentes honorários fundadores: Benedetto Croce, John Dewey, Karl Jaspers, Salvador de Madariaga, Jacques Maritain e Bertrand Russell. O que os levou a se unir? Duas coisas: o amor à liberdade e o respeito por aquilo que no esforço humano se chama de cultura (Editors 1953, 1).

Embora concedesse espaço à pluralidade e a discussões mais artísticas-literárias, o mais recorrente na *Encounter* era a defesa da liberdade e da democracia e a sua vinculação a sociedades ocidentais. Por outro lado, o comunismo era associado à opressão, ao controle intelectual e ao totalitarismo. Diversos artigos do primeiro número da *Encounter* exemplificam isso. O secretário-geral do Congresso, Nicolas Nabokov, explicava que “a característica dominante” da vasta produção dos compositores russos contemporâneos “é a sua uniformidade opressiva; é difícil detectar qualquer diferença significativa entre uma peça e outra”, dada a “subserviência à ortodoxia na esfera da composição” e a “servidão” da sociedade ao regime soviético (Nabokov 1953, 51). Outro artigo, de Nathan Glazer (1953), exaltava a técnica científica de se realizar pesquisas de opinião pública, que havia sido avançada apenas por regimes democráticos, visto que valorizavam a opinião e o voto. O próprio editor, Irving Kristol, trouxe um relato da conferência do Congresso pela Liberdade da Cultura sobre “Ciência e Liberdade” em Hamburgo na Alemanha, no qual contrastava o controle do Estado soviético sobre cientistas com a liberdade de buscar conhecimento e torná-lo público no mundo ocidental (Kristol 1953).

O artigo mais controverso foi “A Postscript to the Rosenberg Case”, de Leslie A. Fiedler, que rejeitava os apelos por clemência ao casal Rosenberg, condenados à morte por espionagem. Até mesmo alguns membros do Congresso pela Liberdade da Cultura, como o secretário-executivo, Josselson, aderiram aos apelos da campanha por clemência, uma vez que havia significativa rejeição internacional da pena de morte e era a primeira vez que essa sentença era ordenada a espões em tempos de paz. Opostamente, Fiedler resumia todo o movimento pelo indulto a uma conspiração comunista (Saunders 2008). E os





Rosenberg eram descritos como máquinas a serviço da causa comunista, que agiram tal como haviam sido “altamente treinados” por um sistema totalitário, negando até o fim demonstrações da “própria humanidade” (Fiedler 1953, 20-21).

O tom panfletário da *Encounter* foi percebido e lamentado em uma crítica do *Times Literary Supplement*, que, apesar de majoritariamente elogiosa à nova revista, advertia que “uma possível crítica” era que representavam um liberalismo sempre direcionado a fomentar o “ódio e medo do comunismo”. Kristol rebateu, alegando que a crítica refletia um “sentimento de culpa em relação à oposição ao comunismo” que teria sido incutido pela “propaganda comunista” “entre os intelectuais ocidentais” (Kristol 1954, 2-3; Saunders 2008).

As primeiras suspeitas de que a CIA estava por trás destes projetos começaram em 1964, quando uma investigação do Congresso acerca da isenção fiscal observou o repasse de recursos que tinham origem, de fato, na CIA. Pouco depois, em 1966, o *New York Times* publicou reportagens sobre o aumento de serviços de espionagem e de infiltrações da CIA em associações estudantis, sindicais, profissionais e outras. O caso do Congresso pela Liberdade da Cultura foi citado, bem como o de entidades patrocinadas por eles, como a revista *Encounter* e a *Radio Free Europe* (New York Times 1966).

Em 1967, a revista *Ramparts* reportou que a agência de inteligência patrocinava a representação de líderes da *National Student Association* em eventos no exterior e reafirmou a similaridade com o modelo do Congresso pela Liberdade da Cultura. O texto criticava a contradição entre se apresentar como independente no exterior, ao mesmo tempo que se recebia financiamento da CIA. O repórter ainda recriminava “o quão profundamente a corrupção dos meios para atingir os fins se enraizou em nossa sociedade e o quanto de desonestidade é tolerado em nome da Guerra Fria” (Stern 1967, 38).

Inseridos nas batalhas culturais da Guerra Fria, a questão da independência era um tema fulcral, uma vez que adversários do “mundo livre” eram sempre acusados de serem fantoches do partido comunista. Quando a revista *Ramparts* publicou sobre as operações da CIA, o então diretor-executivo, John C. Hunt (1967)⁷, escreveu aos associados que, mesmo que as denúncias fossem verdadeiras, as atividades das organizações em defesa de uma cultura livre sempre haviam sido independentes. No mesmo dia, o Congresso pela Liberdade da Cultura publicou um comunicado à imprensa, com o seguinte aviso:

⁷ John C. Hunt começou a atuar na assistência a Michael Josselson em sua posição de diretor-executivo, em 1956.





Nenhuma das fundações ou indivíduos que apoiaram o *Congresso pela Liberdade da Cultura* **jamais exerceu qualquer influência** sobre as políticas, publicações ou atividades do *Congresso*, que foram determinadas com **total independência** por decisões de seu Comitê Executivo Internacional e pelos editores responsáveis por suas revistas (Congress for Cultural Freedom 1967, grifo nosso).

O comunicado ainda avisava que, desde as reportagens do ano passado,

diversos intelectuais renomados publicaram uma carta aberta afirmando sua **confiança no caráter independente do Congresso e na integridade de sua equipe**. Naquele momento, o *Congresso* decidiu não mais solicitar fundos, exceto da *Fundação Ford*, que agora é seu único financiador. No entanto, é evidente que o **Congresso só pode continuar suas atividades enquanto sua independência estiver além de qualquer questionamento** (Congress for Cultural Freedom 1967, grifo nosso).

Anos depois do escândalo, essa faceta do discurso do Congresso pela Liberdade da Cultura continuaria presente em manifestações de intelectuais importantes nessas atividades. Melvin J. Lasky – ex-fundador do periódico *Der Monat* e substituto de Kristol como editor da *Encounter* (1958-1990) – reagiu a uma acusação sobre a participação da CIA de forma tão significativa que vale a pena a reprodução integral:

Acabo de ver o relatório em sua edição de 22 de março [1974], segundo o qual eu teria me referido ao *Congresso para a Liberdade da Cultura* como uma fachada da CIA. Eu nunca disse tal coisa. No uso político comum, uma “fachada” refere-se a uma entidade falsa criada para fins manipulativos. O *Congresso para a Liberdade da Cultura* nunca foi isso, embora a maior parte de seu financiamento tenha vindo, como agora é bem conhecido, de fundações americanas, muitas das quais obtinham seus recursos da CIA. O *Congresso* reuniu escritores e intelectuais que representavam uma ampla variedade de opiniões: liberais, socialistas, conservadores. Suas resoluções – seja na forma de protestos contra a censura cultural ou em programas de ajuda a intelectuais refugiados – foram **determinadas por seus próprios membros ilustres**. Quanto à revista *Encounter* (e também *Der Monat* em Berlim, que eu editei), suas políticas – tanto sob os fundadores que você mencionou, Stephen Spender e Irving Kristol, quanto posteriormente – **sempre foram definidas por seus editores e a liberdade para escolher os artigos, contos e poemas publicados pela Encounter sempre foi absoluta e completa. Esse era o verdadeiro significado da liberdade cultural** (Lasky 1974, grifo nosso).





Além da defesa da independência, é recorrente o discurso sobre reestruturar o modelo de financiamento de tais operações. No caso do Congresso pela Liberdade da Cultura, além de uma alteração do nome (*International Association for Cultural Freedom*, de 1967 em diante), a organização passou a captar recursos exclusivamente com a Fundação Ford. De maneira mais ampla, verificaram-se diversos esforços na época por uma reformulação. O ponto era defendido em editoriais e artigos opinativos publicados em 1967 que avaliavam que não havia “nada imoral” no financiamento do governo nas disputas contra os comunistas (muitas atividades eram “honráveis”), mas que era “impróprio” realizá-lo de forma clandestina e que “o trabalho que a CIA tem feito de forma secreta precisa ser feito de forma aberta” (Attwood 1967), preservando, assim, a legitimidade e a independência das organizações. De acordo com o *New York Times* (1967):

A saúde de uma sociedade democrática depende da certeza de que suas instituições livres — sua imprensa, seus corpos educacionais e científicos, suas editoras e redes de televisão, seus sindicatos e organizações empresariais — são realmente livres. Isso não significa que o governo esteja impedido de financiar intercâmbios internacionais ou estudos de pesquisa; significa que, quando tal apoio for apropriado, ele deve ser dado abertamente por meio de suas próprias agências públicas.

No próximo item, é discutida a reconfiguração das operações políticas pós-escândalos a partir do exame das propostas que foram apresentadas ao Congresso dos Estados Unidos entre os anos 1967 e 1983.

A Reestruturação

Em fevereiro de 1967, o presidente Lyndon Johnson estabeleceu um comitê para repensar a relação entre a CIA e as organizações privadas. O comitê examinou documentos, entrevistou envolvidos, realizou reuniões e apresentou recomendações assinadas pelos três membros: seu coordenador e subsecretário de Estado, Nicholas Katzenbach (também ex-procurador-geral), o secretário de Saúde, Educação e Bem-estar, John Gardner (também ex-presidente da Carnegie Corporation), e o diretor da CIA, Richard Helms. O relatório denunciava o crescimento do financiamento comunista a grupos estudantis, cientistas, feministas e profissionais no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, levando algumas organizações americanas a





buscarem recursos para atividades correspondentes. Por causa das dificuldades na captação de verbas, o patrocínio começou a ser estabelecido pela CIA. Agora, diante da exposição pública, era necessário abandonar a assistência secreta e desenvolver um novo mecanismo público-privado que manejasse abertamente fundos estatais quando houvesse interesse nacional.

A mudança “evitar[ia] qualquer insinuação que a assistência governamental, porque é dada de forma clandestina, é usada para influenciar as políticas de grupos privados voluntários ” (Gardner, Helms e Katzenback 1967, 3). Ainda demonstraria “a todos os países estrangeiros que as atividades de grupos americanos privados no exterior são, de fato, privadas”, o que também seria vantajoso, uma vez que algumas associações e grupos de países estrangeiros sofriam constrangimentos por serem sustentados por agências governamentais dos Estados Unidos (Gardner, Helms e Katzenback 1967, 3).

O relatório sugeria duas opções promissoras para um mecanismo público-privado: uma organização similar ao British Council, que recebia 90% dos recursos do governo, mas era independente e administrado majoritariamente por membros do setor privado (21 de 30 conselheiros); ou uma fundação governamental, como o Smithsonian Institution, criada pelo Congresso dos Estados Unidos com um conselho misto de administradores (público e privado). Tais modelos deveriam ser estudados por uma comissão maior do que o atual Katzenbach Committee (como ficou conhecido) e que contasse com a participação de representantes não-governamentais (Gardner, Helms e Katzenback 1967). Johnson acatou a recomendação e comunicou que designaria o secretário de Estado, Dean Rusk, para encaminhar a reestruturação (Johnson 1967).

Na sequência, em abril de 1967, o deputado Dante B. Fascell apresentou um projeto de lei (H.R. 7484) para criar o *Institute for International Affairs*, destinado a financiar abertamente organizações privadas atuando no exterior. O novo instituto não foi aprovado, mas influenciou a evolução da questão nas décadas seguintes. Fascell era coordenador do Subcomitê sobre Organizações Internacionais e Movimentos (vinculado ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados) e organizou duas audiências sobre o projeto de lei de sua autoria e outros correlatos (Committee on Foreign Affairs 1967).

A transcrição das audiências revela um consenso em fundar uma nova entidade que substituísse o patrocínio da CIA, garantindo o financiamento aberto e certa independência do governo. Mas havia divergências quanto ao formato. Os representantes do Subcomitê interpretavam a polêmica envolvendo a CIA





de formas diferentes: alguns já tinham proposto anteriormente a supervisão da CIA pelo Congresso, outros eram pouco críticos, apenas reconheciam que as revelações obrigavam repensar o modelo (Committee on Foreign Affairs 1967). A proposta de Fascell era apoiada por outros membros, mas outros dez projetos de lei foram apresentados e, antes da segunda audiência, somaram-se mais oito. Alguns diferiam em pequenas emendas e nem todos chegaram a ser debatidos (Committee on Foreign Affairs 1967).

Os projetos divergiam nos propósitos, modelos administrativos e de financiamento. Fascell propôs como fins a promoção do entendimento entre os povos; de instituições livres e democráticas; da participação de grupos privados dos Estados Unidos em organizações e movimentos internacionais; e de estudos sobre o comunismo. A maioria das outras propostas coadunava com os mesmos propósitos (algumas vezes, indicando estudos de temáticas diferentes). Dois deputados indicaram outros fins: Monagan (H.R. 6990) recomendou a difusão da cultura norte-americana, e Rosenthal (H.R. 8724), o intercâmbio entre o setor privado nacional e estrangeiro. O próprio caráter da nova organização estava em disputa: Fascell e os demais conceberam uma agência dos Estados Unidos (que poderia fazer uso dos correios e de funcionários públicos); Monagan (H.R. 6990) indicou a criação de um organismo corporativo que também permitia receber doações privadas.

Uma das principais divergências dizia respeito à composição do conselho administrativo. Quase todos indicavam uma maioria de membros do setor privado, mas variavam-se a porcentagem (Kelly propôs 50%⁸; Fascell e Monagan, 55%; Rosenthal, 66%) e o número total de conselheiros administradores (de apenas 9, na proposta de Fascell, até 25, na de Rosenthal). O método de composição do conselho também era disputado: Fascell, Rosenthal e Kelly recomendaram indicação presidencial (com algumas variações nas propostas); Monagan defendeu vagas reservadas a ministérios afins ao tema e indicações do Congresso (Committee on Foreign Affairs 1967).

Após o revés dessa iniciativa, a questão deixou de ser prioridade e não há registros de novidades por anos. As razões prováveis são a elevação das disputas em torno da Guerra do Vietnã, sobretudo a partir da Ofensiva Tet⁹, em 31 de janeiro de 1968, e a mudança do partido no poder com a vitória do

8 Projeto de lei nº H.R. 8954.

9 Ataque coordenado dos insurgentes em múltiplas cidades simultânea e massivamente.





candidato republicano Nixon sobre o democrata Humphrey nas eleições de novembro do mesmo ano. Alguns nomes que participaram das discussões dos anos 1960, mesmo assim, continuaram envolvidos na tentativa de reestruturar um mecanismo de operação público-privado. É o caso de Dante B. Fascell, que assumiu a coordenação do Subcomitê sobre Operações Internacionais (também vinculado ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados).

Outro ator muito importante nos anos seguintes foi o deputado Donald M. Fraser. Fraser participou ativamente das audiências do Subcomitê sobre Organizações Internacionais e Movimentos e submeteu um projeto de lei sobre o assunto (H.R. 7745) com poucas emendas em relação ao do Fascell. No caso do conselho administrativo, recomendou similarmente nove membros, mas limitou os representantes do setor público a, no máximo, um funcionário do governo federal. Previa ainda que os dois partidos deveriam indicar listas de sugestão antes da nomeação. Ademais, Fraser propôs redirecionar programas públicos, tal como o American Libraries Overseas, a essa nova organização, que deveria ser “um mecanismo público-privado bem isolado” (Committee on Foreign Affairs 1967, 26). Nas audiências, Fascell sempre elogiou as contribuições de Fraser.

Depois do fracasso dessa iniciativa, Fraser se tornou coordenador do Subcomitê sobre Organizações Internacionais e Movimentos, em 1971 (antes liderado por Fascell), mas alcançou reconhecimento, de fato, após o golpe de Pinochet no Chile, em 1973. Fraser foi um ator chave na cobertura e prioridade das violações de direitos humanos no país entre os assuntos legislativos. Entre agosto e dezembro de 1973, o Subcomitê sobre Organizações Internacionais e Movimentos, coordenado por Fraser, organizou 17 audiências sobre direitos humanos e política externa (Snyder 2013).

Essa mobilização gerou resultados significativos. Em março de 1974, o Subcomitê então coordenado por Fraser publicou o relatório “Human Rights in the World Community: a call for U.S. leadership”, que delineava propostas de reforma nos instrumentos dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas (ONU) de proteção dos direitos humanos. Pouco tempo depois, nos anos 1974 e 1975, o congresso dos Estados Unidos aprovou duas reformas: uma no Ato de Assistência Exterior (Seção 502B) e a segunda no Ato de Desenvolvimento Internacional e Assistência Alimentar (Seção 116), ambas impedindo a ajuda dos Estados Unidos a governos com graves e consistentes violações de direitos humanos (Snyder 2013).





Outra repercussão foi a retomada do esforço de reforma do mecanismo público-privado para o financiamento de organizações e grupos privados no exterior. Em 1978, Fascell apresentou uma nova proposta de instituto, agora em coautoria com Fraser, pautada na agenda por direitos humanos: o Institute for Human Rights and Freedom. A primeira seção da proposta (“Declaração de Propósito”) anunciava a fundação de um “instituto independente” que conduziria “abertamente” a promoção dos direitos humanos e liberdades. Nesse sentido, a recomendação de um novo mecanismo público-privado e independente, feita pela Comissão Katzenbach de 1967, estava sendo aparentemente contemplada (Committee on International Relations 1978). Entretanto, a segunda seção (“Criação do Instituto”) postulava a instituição de uma “agência dos Estados Unidos”, o que os participantes dos debates de 1978 apontaram como contraditório à noção de independência.

A questão mais polêmica e criticada na audiência sobre o instituto, convocada conjuntamente pelo Subcomitê sobre Operações Internacionais e o Subcomitê sobre Organizações Internacionais e Movimentos, dizia respeito à relação com a política externa do país. Na seção 5, era descrito que

O Secretário de Estado deverá manter o *Instituto* plenamente informado sobre a política externa dos Estados Unidos na medida em que se relacione com as atividades do *Instituto*. O *Instituto* deverá levar em consideração a política externa dos Estados Unidos ao executar esta Lei, mas não estará sujeito à direção do Secretário de Estado no cumprimento de suas responsabilidades conforme esta Lei (Committee on International Relations 1978, 5).

Embora encerrasse buscando relativizar a conexão entre o instituto e a política externa, o teor principal desse trecho é justamente o oposto: estabelecer formalmente o dever do secretário de informar o instituto sobre os interesses estatais e recomendar que fossem considerados.

Esse parágrafo se torna especialmente problemático sob o ponto de vista dos processos examinados neste artigo – o financiamento do Congresso pela Liberdade da Cultura, a reação aos escândalos de financiamento da CIA nos anos 1960, os primeiros esforços de reestruturação desde o Comitê Katzenbach e os projetos de lei apresentados por Dante Fascell e outros em 1967 –, nos quais era recorrente a ideia de que, para serem eficientes, tais operações precisavam aparentar ser autônomas, de caráter privado (e não produto de um interesse governamental) e amparadas por organizações independentes.





Fascell abriu o debate reafirmando que era “importante para o instituto ser independente” (Committee on International Relations 1978, 11), que os direitos humanos não deveriam ser vistos como uma empreitada americana e que o financiamento não poderia prejudicar a autonomia das organizações. Questionou, então, os presentes se o desenho institucional atendia a esses princípios e qual deveria ser a relação com o Departamento do Estado (Committee on International Relations 1978). Quase todos os convidados das audiências – a maioria representantes da sociedade civil, especialmente de organizações da área cultural ou de direitos, como a Fundação Ford, a Comissão Internacional de Juristas, o Center for Law and Social Policy, a Freedom House e o American Enterprise Institute – consideraram que a proposta não garantia autonomia suficiente.

David Heaps, um dos responsáveis pela virada da Fundação Ford à agenda dos direitos humanos, em meados dos anos 1970,¹⁰ enxergava um risco de politização da pauta e de prejuízo à credibilidade dos beneficiários. Preocupado com a seção 5 (sobre a política externa), reafirmou a necessidade de independência, profissionalização, insulamento dos interesses políticos e de uma fórmula menos abertamente política. John Richardson Jr., ex-chefe-executivo da Radio Free Europe (antes financiada pela CIA)¹¹ e naquela época representante da Freedom House, concordou que a seção 5 exigia revisão, pois comprometia a operação do instituto com eficiência, além de torná-lo vulnerável a acusações de que os direitos humanos estavam sendo “americanizados”. No lugar disso, deveriam contar com pessoas de reconhecida independência e experiência na área.

Laurence Silberman, do American Enterprise Institute, também alertou para o risco de o Institute for International Human Rights atuar de forma ideológica, o que exigia maiores precauções no formato, mas elogiou que estava sendo pensado como um espaço separado do Departamento do Estado. Leonard Meeker, do Center for Law and Social Policy, foi mais longe e sugeriu a supressão da seção 5. Para ele, o Instituto “pode avaliar com muita facilidade a política externa atual dos EUA. No entanto, quaisquer disposições legais que estabeleçam uma conexão formal entre o Departamento do Estado e o Instituto não parece aconselhável” (Committee on International Relations 1978, 38-39).

¹⁰ Ver Korey (2007).

¹¹ A Radio Free Europe foi fundada na Guerra Fria para transmissão de rádio na Europa Oriental e o combate à influência soviética. Financiada até hoje pelo governo norte-americano, durante os anos 1950 e 1960 recebia recursos secretos da CIA. Richardson Jr., portanto, vivenciou de perto a crise desencadeada pelas publicações na imprensa.





William J. Butler, da Comissão Internacional de Juristas, fez uma declaração que não deixava dúvidas sobre o quanto os escândalos dos anos 1960 ainda estavam vivos na memória política e institucional. Em suas palavras:

As organizações internacionais na área de direitos humanos devem ser **extremamente cuidadosas para manter sua independência e não se expor à acusação de serem instrumentos de qualquer nação** ou grupo de nações. Lamento dizer, Sr. Presidente, que isso é particularmente verdadeiro no caso das atividades ou agências dos Estados Unidos. Estamos no período pós-Guerra do Vietnã. **Estamos em um período pós-CIA, no qual foi publicamente revelado que certas agências governamentais dos Estados Unidos estiveram envolvidas em atividades ilegais e imorais em todo o mundo.** Qualquer organização criada pelos Estados Unidos precisará se defender demonstrando sua **independência** e seu real comprometimento com os objetivos estabelecidos neste projeto de lei (Committee on International Relations 1978, 108-109, grifo nosso).

Butler encerrava sugerindo que a legislação fosse reformulada para “incluir a proteção suficiente à independência, autonomia e natureza apolítica do Instituto” (Committee on International Relations 1978, 110).

O projeto do Institute for Human Rights and Freedom não prosperou, mas a preparação do que viria a ser o National Endowment for Democracy avançou. No ínterim entre um e outro, como é conhecido na literatura, foi fundada a American Political Foundation, em 1979, que cumpriu o papel de estudar modelos e operacionalizar o formato do NED. George Agree, funcionário da Freedom House e auxiliar do senador democrata Daniel Patrick Moynihan, foi muito importante nesse processo. De acordo com Berger (2013) e Pee (2018), um ano antes da proposta do Institute for Human Rights, em 1977, Agree havia realizado um estudo intitulado “Transnational Interactions of Political Parties: a Freedom House study” sobre como funcionava o caráter independente das fundações (*stiftungen*) alemãs, mesmo que tivessem sido criadas pelos partidos e que recebessem verbas públicas. Se na primeira onda de debates sobre um novo mecanismo público-privado o formato do British Council foi objeto de atenção, esse período de fins dos anos 1970 focou o modelo das fundações alemãs. Segundo Pee (2018), o interesse advinha do sucesso que elas tiveram em fortalecer o partido socialista ante o comunista na redemocratização portuguesa pós 1974.

Depois do fracasso do Institute for Human Rights, o estudo de Agree foi compartilhado com o ex-coordenador do Comitê Nacional Republicano (William





E. Brock) e o coordenador do Comitê Nacional Democrata (Charles T. Manatt). O interesse por esse mecanismo resultou na criação da American Political Foundation, em 1979, direcionada à ampliação da comunicação e entendimento entre os partidos americanos e os estrangeiros. Em 1982, a American Political Foundation solicitou verbas da USAID (US\$ 350-400 mil) para estudar o modelo das fundações alemãs e avaliar a possibilidade de reproduzi-lo nos Estados Unidos. A solicitação justificava que uma nova organização deveria evitar qualquer comprometimento do governo (mesmo que fosse beneficiária de fundos públicos), chegando mesmo a explicitar que o fomento dos “germes da democracia” em regimes ditatoriais exigia medidas “para minimizar a tensão nas relações bilaterais” (American Political Foundation 1982, 3).

Os recursos foram aprovados, e George Agree, da Freedom House, tornou-se presidente da Comissão; Brock, coordenador; e Manatt, vice. Outros atores muito importantes e influentes na política externa norte-americana também participaram, como Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski, Allen Weinstein (do setor de Segurança Nacional), Lane Kirkland, (do sindicalismo) e Dante B. Fascell, congressista que estava envolvido na criação de um novo mecanismo público-privado desde 1967. Instaurou-se, assim, um projeto bipartidário. O relatório final da comissão relembra o histórico do processo que antecedeu aquele estudo: os escândalos da CIA, a recomendação de usar abertamente fundos públicos para financiar o setor privado, a dificuldade de se formar um consenso por causa da crise do Vietnã e de Watergate. Em seguida, menciona a retomada da iniciativa com o Institute for Human Rights and Freedom, ao mesmo tempo que muitos atores começaram a se interessar pelo modelo das fundações alemãs (The Democracy Program 1983).

O objetivo da American Political Foundation era adaptar o modelo das fundações alemãs e, em 1983, apresentou ao congresso a proposta de criação do National Endowment for Democracy. A nova entidade era descrita como uma organização privada, mas financiada por recursos públicos, geridos, todavia, por um organismo visto como independente (The Democracy Program 1983). O NED, tal como foi aprovado, de forma semelhante às fundações alemãs, repassa recursos a quatro institutos afiliados: o primeiro conectado ao partido democrata, o segundo ao partido republicano, o terceiro às centrais sindicais e o quarto à Câmara do Comércio.

O deputado que submeteu a proposta de lei foi Dante B. Fascell, que cumpriu ainda, segundo Sondergaard (2020), um importante papel no convencimento





de congressistas a referendarem o projeto.¹² A proposta tramitou no Congresso entre abril e novembro de 1983, quando foi aprovada a criação do NED, nos moldes das recomendações do estudo da American Political Foundation. Acerca do dilema da garantia de independência, a formulação da legislação é notável:

O Congresso constata que foi criada no Distrito de Columbia uma corporação privada e sem fins lucrativos, denominada *National Endowment for Democracy* (doravante referida neste título como “Endowment”), que não é uma agência ou instituição do governo dos Estados Unidos (United States 1983, 1039).

Ao contrário do Instituto proposto em 1978, portanto, destaca-se que não é uma agência do governo e, mais do que isso, nem sequer foi “criada pelo Congresso”, este último apenas “constata” que ela já foi estabelecida. Ao refletirmos sobre a legislação final desde o ponto de vista da longa jornada trilhada desde 1967, é marcante que a lei final ressaltava a independência da nova organização (United States 1983).

A legislação apresenta ainda seis objetivos do NED voltados à promoção: (1) de instituições democráticas a partir de iniciativas do setor privado; (2) de intercâmbios com grupos democráticos no exterior; (3) da participação de grupos civis em programas de treinamento e formação democrática; (4) de processos eleitorais sólidos em países estrangeiros; (5) da cooperação entre o setor privado, partidos americanos e grupos estrangeiros comprometidos com o pluralismo; e (6) do desenvolvimento democrático alinhado aos interesses dos Estados Unidos (United States 1983).

Uma regulação complementar definiu que o conselho de diretores seria formado por 13 a 25 membros que refletissem a “diversidade da sociedade americana” e tivessem uma composição bipartidária. Além do presidente, eles elegeriam o coordenador e vice do conselho (United States Code of Federal Regulations 2022). O deputado Fascell, que elaborou uma proposta de um novo mecanismo público-privado em 1967, reelaborou-a em 1978 e introduziu a lei final do NED em 1983, tornou-se provisoriamente o primeiro coordenador do Endowment; depois, foi substituído por John Richardson, ex-chefe executivo da Radio Free Europe e um dos debatedores da proposta apresentada em 1978

12 Sondergaard (2020) relata que em fevereiro de 1983 o governo Reagan apresentou um projeto de financiamento e promoção da democracia que seria conduzido pela USIA, que foi rejeitado, mas abriu maior espaço à consideração do mecanismo público-privado proposto pela American Political Foundation.





(Berger 2013). Fascell manteve-se no conselho diretor até 1989. Outros membros do conselho advieram da American Political Foundation, tais como Kissinger, Brzezinski, Kirkland, Brock, Manatt.

Logo nos anos 1980, o NED patrocinou atividades em vários países, gerando impactos significativos por meio do financiamento a grupos da sociedade civil e do apoio a iniciativas de observação e verificação da integridade eleitoral em nações que estavam em processo de (re)democratização. Um dos principais focos de atuação nesse período foi o Chile. Criado durante o governo Reagan, denota-se que o NED foi planejado para promoção de “um tipo específico de democracia” que pudesse favorecer certas “relações de poder entre a economia e a política e entre diferentes grupos da sociedade” (Pee e Schmidli 2019, 10). Um documento do Human Rights Bureau, do novo governo republicano, explicava esse ponto de maneira ainda mais explícita: o crescimento econômico pode ser perseguido quando há liberdade pessoal, nesse sentido, torna-se crucial o encorajamento de democracias ao redor do mundo (Pee e Schmidli 2019). Em 1987, após quatro anos de operação do NED, Reagan observava com grande entusiasmo a democratização e virada neoliberal em vários países do mundo e chegou mesmo a declarar que “as revoluções democráticas e de livre mercado são realmente a mesma revolução” (Apud Pee e Schmidli 2019, 10).

Considerações Finais

O principal objetivo deste artigo foi aprofundar uma questão ainda pouco desenvolvida na literatura sobre a promoção da democracia e também nos estudos sobre a Guerra Fria: a reestruturação dos modelos de operação política dos Estados Unidos e do financiamento a grupos e organizações privadas que atuam no exterior diante das crises e escândalos que foram publicizados nos anos 1960. A contribuição mais importante é o entendimento de como a revelação de que verbas de inteligência da CIA e da USIA patrocinavam batalhas ideológicas da Guerra Fria motivou a busca por reestruturação do modelo de operação política que desembocou na fundação do National Endowment for Democracy em 1983.

Dois temas foram destacados ao longo de todo o processo examinado. O primeiro foi a importância recorrentemente atribuída à percepção de que organizações que operam no exterior fossem vistas como independentes e autônomas, obtendo, assim, credibilidade e eficiência para influenciar grupos





estrangeiros. Mais do que isso, o formato finalmente alcançado pelo NED – que articula ao mesmo tempo um caráter público e uma gestão não governamental – foi conscientemente explorado pelos atores políticos. Tal mecanismo público-privado tem sido importante em operações de promoção e desestabilização da democracia justamente por permitir que uma instituição entendida como privada atue junto a grupos da oposição no exterior, eximindo ao mesmo tempo o governo dos Estados Unidos de qualquer acusação de manipulação política.

Em segundo lugar, evidenciou-se como as tentativas de reestruturar o modelo de operações políticas (eliminando o uso de verbas encobertas de inteligência) fez com que novas organizações entrassem em cena, renovando, portanto, as redes que atuavam nesse tipo de iniciativa e acompanhando também as mudanças que ocorreram nas agendas políticas (do anticomunismo à promoção da democracia).

Referências

- American Political Foundation. 1982. *Summary of Proposal for a Study of Programs to Develop Democratic Forces Abroad*. Simi Valley: Ronald Reagan Presidential Library. Digital Library Collections. Walter Raymond Collection. Folder Unfolded – Project Truth, Project Democracy, Public Diplomacy & NED 1977. Box 7.
- Apeldoorn, Bastian. V; Graaf, Naná. 2016. *American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: the open door since the end of the Cold War*. Routledge.
- Attwood, William. 1967. “A Former Ambassador Says a Few Kind Words for the CIA”. *Look Magazine*, 18 de abril.
- Barbosa, Letícia. C. B. 2019. “A assistência externa de promoção da democracia liberal dos Estados Unidos na América Latina: uma observação desde a Análise das Redes Sociais (ARS)”. *Carta Internacional* 14 (3): 84-109. <https://doi.org/10.21530/ci.v14n3.2019.947>.
- Berger, Edmund. 2013. “Grassroots Globalization: Underneath the Rhetoric of ‘Democracy Promotion’.” Em: Fischer, R. (ed.). *Managing Democracy, Managing Dissent: capitalism, democracy and the organization of consent*. Freedom Press.
- Burron, Neil. 2012. “Unpacking U.S. Democracy Promotion in Bolivia: from soft tactics to regime change.” *Latin American Perspectives* 39 (1): 115-132. <https://doi.org/10.1177/0094582X11423223>.
- Cancelli, Elizabeth. 2012. *O Brasil e os Outros: o poder das ideias*. EDIPUCRS.
- Committee On Foreign Affairs. House of Representatives. 90th Congress. 1967, 18-20 abr. *Encouraging Private Participation in International Activities: Hearings Before*





- the Subcommittees on International Operations and Movements of the Committee on Foreign Affairs*. H.R. 7484. U.S. Government Printing Office.
- Committee On International Relations. House of Representatives. 1978. 95th Congress. Institute for Human Rights and Freedom. *Hearings and Markup Before the Subcommittees on International Operations and on International Organizations of the Committee on International Relations*. H.R. 11326. U.S. Government Printing Office.
- Congress For Cultural Freedom. 1950. *Manifest of Congress for Cultural Freedom*. Congress for Cultural Freedom.
- Congress For Cultural Freedom. 1967. For Immediate Release (Statement to Press). *Irving Kristol Papers*, Wisconsin Historical Society, Box 17, 22 de fevereiro.
- Editors. 1953. "After the Apocalypse (Editorial)." *Encounter* 1 (1): 1-4.
- Fiedler, Leslie. 1953. "A Postscript to the Rosenberg Case." *Encounter* 1 (1): 12-21.
- Gardner, John. W., Helms, Richard. e Katzenbach, Nicholas. 1967. *Report by Katzenbach Committee*. [S. l.]: Katzenbach Committee, 31 de março. <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79M00467A000200120015-1.pdf>
- Gill, Timothy. M. 2018. "From Promoting Political Polyarchy to Defeating Participatory Democracy: U.S. Foreign Policy towards the Far Left in Latin America." *Journal of World-Systems Research* 24 (1): 72-95. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2018.750>.
- Guilhot, Nicolas. 2005. *The Democracy Makers: Human Rights and International Order*. Columbia University Press.
- Glazer, Nathan. 1953. "Opinions at Large." *Encounter* 1 (1): 53-56.
- Gramsci, Antonio. 2011. *Americanismo e Fordismo*. Hedra.
- Harding, Jason. 2017. "'Our greatest asset': Encounter Magazine and the Congress for Cultural Freedom." Em: Scott-Smith, Giles.; Lerg, Charlotte. *Campaigning Culture and the Global Cold War: the journals of the Congress for Cultural Freedom*. Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-137-59867-7_6.
- Horowitz, Irving. L. 1969. *Ascensão e Queda do Projeto Camelot*. Civilização Brasileira.
- Hunt, John. C. 1967. Letter to Irving Kristol. *Irving Kristol Papers*, Wisconsin Historical Society, Box 17, 22 de fevereiro.
- Huntington, Samuel. P. 1973. "Transnational Organizations in World Politics." *World Politics* 25 (3): 333-368.
- Johnson, Lyndon. B. 1967. Statement by the President. 29 mar. Em: Gardner, John, Helms, Richard e Katzenbach, Nicholas. *Report by Katzenbach Committee*. [S. l.]: Katzenbach Committee, 31 de março. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79M00467A000200120015-1.pdf>.
- Korey, William. 2007. *Taking on the World's Repressive Regimes: the Ford Foundation's International Human Rights Policies and Practices*. Palgrave MacMillan.





- Kristol, Irving. 1953. "Men of Science – and Conscience." *Encounter* 1 (1): 57-60.
- Kristol, Irving. 1954. "On 'Negative Liberalism' (Editorial)." *Encounter* 2 (1): 2-4.
- Lasky, Melvin. J. 1974. Letter to the Editor of The Wall Street Journal. *Irving Kristol Papers*, Wisconsin Historical Society Box 17, 26 de março.
- Logevall, Fredrik. 1999. *Choosing War: the lost chance for peace and the escalation of war in Vietnam*. University of California Press.
- Mello, Natália. N. 2017. "Os Intelectuais Saem da Guerra: a intervenção no Vietnã, a "Foreign Policy ". Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Nabokov, Nicolas. 1953. "No Cantatas for Stalin?" *Encounter* 1 (1): 49-52.
- New York Times. 1966. "CIA Spies from 100 Miles Up; Satellites Probe Secrets of Soviet." *New York Times*, 27 de abril.
- New York Times. 1967. "Subversion by the CIA." *New York Times*, 20 de fevereiro.
- Oliveira, Laura. 2015. *Guerra Fria e Política Editorial: a trajetória da Edições GRD e a Campanha Anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Eduem.
- Parmar, Inderjeet. 2012. *Foundations of the American Century: the Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the rise of American Power*. Columbia University Press.
- Pee, Robert, Schmidli, William. 2019. (Ed.). *The Reagan Administration, the Cold War and the Transition to Democracy Promotion*. Palgrave Macmillan.
- Pee, Robert. 2018. "Containing Revolution: democracy promotion, the Cold War and US national security." *International Politics* 55 : 693-711. <https://doi.org/10.1057/s41311-017-0094-0>.
- Portantiero, Juan. C. 1981. *Los Usos de Gramsci*. Folios Ediciones. S.A.
- Robinson, William. I. 1996. *Promoting polyarchy: Globalization, US intervention, and hegemony*. Cambridge University Press.
- Saunders, Frances. S. 2008. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura*. Record.
- Scott-Smith, Gilles, Lerg, Charlotte. 2017. *Campaigning Culture and the Global Cold War: the journals of the Congress for Cultural Freedom*. Palgrave Macmillan.
- Snyder, Sarah. B. 2013. "'A Call for U.S. Leadership': Congressional Activism on Human Rights." *Diplomatic History* 37 (2): 372-387. <https://doi.org/10.1093/dh/dht004>.
- Sondergaard, Rasmus. S. 2020. "The Contested Origins of Democracy Promotion: the National Endowment for Democracy and its congressional critics." *International Politics* 59 (2): 187-205.
- Stern, Sol. 1967. "NSA and the CIA." *Ramparts Magazine*, March: 29-39.
- The Democracy Program. 1983. *The Commitment for Democracy, a bipartisan approach*. [S. l.]: The Democracy Program 27 de julho.
- United States. Public Law No. 98-164. 1983. *H.R. 2915 – A bill to authorize appropriations for fiscal years 1984 and 1985 for the Department of State, the United States*





Information Agency, the Board for International Broadcasting, the Inter-American Foundation, and the Asia Foundation, to establish the National Endowment for Democracy, and for other purposes. U.S. Government, 22 de novembro. <https://www.congress.gov/bill/98th-congress/house-bill/2915>.

United States Code Of Federal Regulations. 2022. Organization of the National Endowment for Democracy. 22 CFR § 67.1 a 67.4. U.S. Government. <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CFR-2024-title22-vol1/pdf/CFR-2024-title22-vol1-part67.pdf>.

Vidal, Camila., Brum, Luan e Lopez, Jahde. 2021. “Promovendo a democracia? Uma radiografia do NED para a América Latina.” *Sul Global* 2 (2): 138-172. <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/40781>.

